

**Teorias da devastação ecológica colonial na historiografia brasileira contemporânea:
algumas notas críticas**

Diogo de C. Cabral¹

Resumo: O artigo faz um mapeamento preliminar e crítico das teorias históricas contemporâneas que procuram explicar a formação sócio-econômica do Brasil como um processo de degradação ecológica. As origens dessas teorias remontam às obras fundadoras de Sérgio Buarque de Holanda – cuja base metodológica weberiana é seguida, mais tarde, por Warren Dean – e Caio Prado Jr., com sua abordagem macro-econômica “dependentista”. Mais recentemente, S. W. Miller deslocou a discussão para os parâmetros micro-econômicos, aventando com um modelo que postula a perdularidade ecológica da economia colonial como decorrente da ausência de um mercado capitalista auto-regulável.

Abstract: The paper makes a preliminary and critic mapping of the contemporary historical theories that seek to explain Brazil’s socio-economic formation as a process of ecological degradation. The origins of these theories remount to the founder works of Sérgio Buarque de Holanda – whose Weberian methodological framework is followed latter by Warren Dean – and Caio Prado Jr. with his macro-economic, center-periphery-based approach. More recently, S. W. Miller has dislocated the discussion over neo-classic economics, proposing a model that postulates colonial economy’s ecological wastefulness as caused by the lack of a capitalist self-regulated market.

A idéia de que a colonização portuguesa criou, na América, um modelo de ocupação irresponsável, imprevidente e esbanjador é bastante antiga na historiografia. É ainda no bojo da chamada “geração de 30” que ela toma corpo, no centro de algumas das grandes reflexões acerca da formação do Brasil. Embora certamente encontremos, em Gilberto Freyre, uma certa ambigüidade (proposital, diga-se de passagem, até mesmo metodológica) na avaliação do sistema de *plantation* açucareira – manifestada, principalmente, na condenação do desmatamento –, não se pode negar que o tom predominante, em sua obra, é o do elogio da cruzada civilizatória portuguesa. É com S. B. de Holanda e Caio Prado Jr. – mas sobretudo e, essencialmente, com o primeiro – que a “teoria da imprevidência” germina de forma plena, algo perspicazmente notado por SCHWARTZ (1996:15).

Talvez possamos situar a formulação embrionária dessa longa tradição numa certa passagem de *Raízes do Brasil*, quando o autor afirma que a aventura colonial portuguesa na América “não se processou, em verdade, por um empreendimento metódico e racional, não emanou de uma vontade construtora e enérgica: fez-se antes com desleixo e certo abandono”

¹ Mestre em História Social pela UFRJ.

(HOLANDA, 1995:43). Mais algumas páginas à frente, contudo, é que se encontra o verdadeiro parágrafo seminal:

Em realidade, só com alguma reserva se pode aplicar a palavra ‘agricultura’ aos processos de exploração da terra que se introduziram amplamente no país com os engenhos de cana. Nessa exploração, a técnica européia serviu apenas para fazer ainda mais devastadores os métodos rudimentares de que se valia o indígena em suas plantações. Se tornou possível, em certos casos, a fixação do colono, não cabe atribuir tal fato a esse zelo carinhoso pela terra, tão peculiar ao homem rústico entre povos genuinamente agricultores. A verdade é que a grande lavoura, conforme se praticou e ainda pratica no Brasil, participa, por sua natureza perdulária, quase tanto da mineração quanto da agricultura. Sem braço escravo e terra farta, terra para gastar e arruinar, não para proteger ciosamente, ela seria irrealizável (HOLANDA, op. cit.:49).

Embora essa corrente historiográfica remonte a Holanda, ela só viria a ser verdadeiramente sistematizada como modelo explicativo na obra pioneira de Warren DEAN (1996).¹ No já clássico *A Ferro e Fogo*, Dean desenvolve a idéia de que a taxa de conversão da floresta em capital (fixo e de giro) foi irrisória ao longo de todo o período de domínio português. Após o exame da situação da Mata Atlântica pós-mineração, atesta-se o seguinte:

É claro que a floresta não tinha sido transformada em capital, pelo menos não em capital localmente acumulado. Os escritórios governamentais, os fortes, as igrejas e conventos do Rio de Janeiro, a zona de mineração e uma única estrada não pavimentada que os conectava era tudo o que de substantivo se poderia considerar como o resultado destes cem anos de esforços que sacrificaram tantas vidas e tanta floresta (DEAN, op. cit.:132).

Mas, apesar do sentido de todos esses “esforços” ser o acúmulo de capital na metrópole – e não, naturalmente, na colônia –, nem mesmo este objetivo havia sido alcançado. A princípio, este fenômeno poderia ser explicado por causas externas, nomeadamente, as demandas do nascente capitalismo industrial britânico:

¹ “Sérgio Buarque de Holanda, o maior historiador brasileiro deste século, escreveu [...] que os colonos queriam ‘colher o fruto sem plantar a árvore’. *O presente livro [A ferro e fogo] converte essa metáfora em história*” (SCWARTZ, 1996:15, grifo meu). Em entrevista concedida a A. C. Gomes e J. A. Drummond, ficamos sabendo, por meio do próprio Dean, que sua ligação com Sérgio Buarque era realmente muito forte, um intercâmbio intelectual que ia para além para de conversas de corredor de universidade, um dado que vem atestar a existência dessa verdadeira linhagem de pensamento histórico-ambiental. Ver “Warren Dean: um brasilianista”. *Estudos Históricos*, v.3 (5), p.106.

Será que uma proporção significativa da crescente riqueza britânica derivava de suas relações comerciais nitidamente assimétricas com Portugal, de seu financiamento do tráfico colonial de Portugal e de sua conseqüente extração de grande parte do ouro cobiçado? Se derivava, então [...] estava[-se] observando as conseqüências de uma relação [...] e a esterilidade da destruição da floresta pode ser atribuída, portanto, como muitos o fazem, ao colonialismo e ao capitalismo (DEAN, op. cit.:132-3).

Mas Dean não se contenta com a “conveniência dessa explicação e o apelo que ela faz a um sentimento universal pela justiça”. Para ele, o que está em questão é “a efetividade e a eficiência com a qual se empregam recursos escassos, a habilidade que participa de sua transformação e a validade dos usos para os quais são empregados”. Haveria, nesse sentido, fatores internos que não devem ser negligenciados:

[...] existem muitas evidências de que a autoridade real era obedecida apenas quando convinha aos colonos. [...]. Além disso, outros exemplos históricos demonstram que as colônias não estão necessariamente condenadas a níveis de formação de capital inferiores aos de suas metrópoles, e pode-se encarar a resistência às demandas do imperialismo como uma dinâmica histórica tão compulsória e determinante na formação de Estados e nações quanto o próprio imperialismo (DEAN, op. cit.:133).

Onde estaria, então, o *primum mobile* da ineficiência ecológica? Fica muito claro pela leitura dos capítulos 3, 4, 5 e 6 de *A Ferro e Fogo* – e a alusão aos “recursos escassos”, um pressuposto fundamental da micro-economia neoclássica, apenas vem confirmar isso – que o problema da perdularidade advinha, na visão de Dean, de um defeito congênito do capitalismo luso-brasileiro: a imprevidência generalizada que esteve na base da formação da nossa cultura econômica, algo exatamente antipodal à frugalidade circunspeta tão cara à *mentalité* protestante, germe do genuíno espírito capitalista. No jogo de forças entre colônia e metrópole, prevaleciam os desígnios internos e o “o império se fundava solidamente nos desejos imediatos e predatórios dos colonos neo-europeus” (DEAN, op. cit.:99). A compreensão da formação sócio-ecológica colonial brasileira passa, então, obrigatoriamente, pelo “entendimento da construção de uma forma peculiar, extrativa, de capitalismo, na qual o estoque de capital é totalmente *in natura*, preexistente à ocupação neo-européia, e rapidamente dissipado. Ousaremos chamar isto de capitalismo, ou se trata de capitalismo pelo avesso?” (DEAN, op. cit.:94).

Eu ousaria reconhecer, aqui, uma verdadeira teoria psico-sociológica da perdularidade ecológica colonial. É exatamente esta a pedra de toque diferenciadora das visões de Caio Prado e Sérgio Buarque. Enquanto o primeiro baseia sua interpretação nas concepções dependentistas tributárias de um esquema marxista macro-político-econômico de exploração colonialista, o segundo concentra-se no tipo sociológico weberiano para explicar a atitude intrinsecamente imprevidente do brasileiro em relação ao seu meio natural. Embora não descarte os elementos estruturais – como a utilização do conceito de capitalismo comprova –, Dean claramente mostra-se um discípulo de Sérgio Buarque quando desenvolve sua narrativa da tragédia brasileira.

Contra o pano de fundo desse tema [a destruição da Floresta Atlântica], ele desenrola a história do Brasil, uma história crítica da exploração econômica, às vezes por necessidade, mas quase sempre pela ganância irrefreável com pouca ou nenhuma preocupação com a mata – símbolo, no Brasil, do atraso, do sub-desenvolvimento, do selvagem (SCHWARTZ, op. cit.:15).

Esta descrição de Schwartz não poderia ser mais esclarecedora da essência teórico-metodológica da obra de Dean. O reino da “necessidade”, isto é, o peso das demandas das estruturas político-econômicas sobre as decisões sociais é, em Dean, deveras diminuto. “A história, para Dean, era sempre ação humana e nunca determinada por estruturas ou contextos” (SCHWARTZ, op. cit.:14). Por isso, quase sempre era a “ganância irrefreável com pouco ou nenhuma preocupação com a mata” que explicava a atitude imprudente dos colonos frente aos recursos florestais. É a partir deste princípio que Dean constrói, de baixo para cima, seu conceito de “capitalismo extrativo”.

Neste ponto, a pergunta que desejo fazer é a seguinte: de que modo a carga ideológica inevitavelmente acoplada ao uso do conceito de capitalismo pode enviesar a interpretação da realidade econômica e ecológica da colônia brasileira? É imprescindível pontuar que a mais recente epistemologia micro-analítica nos ensina a questionar as categorias históricas “prontas”, esses pacotes interpretativos monolíticos que necessitam apenas de dados empíricos corroborativos para lhes dar a devida aparência de concretude (GRIBAUDI, 1998:123-8). Nesse sentido, faz-se mister ter em mente que a conclusão de que a economia colonial foi ineficiente no aproveitamento dos recursos ambientais disponíveis foi construída de acordo com os parâmetros do que deveria ser o “ótimo” de uma economia capitalista – ou proto-capitalista. Mas e se incorporássemos os achados da nova história econômica colonial – achados estes que desenham o quadro de uma economia cuja

reprodução estava longe de se encontrar auto-regulada, mas sim fortemente ancorada sobre *relações de poder*?

Seguindo a orientação substantivista da escola polanyiana, o que essa nova história mostra é que, para os agentes coevos, o agenciamento econômico era um meio, e não um fim em si mesmo; não havia uma esfera de motivação econômica individualizada. Considerando os efeitos da circularidade cultural, observamos que o chamado “ideal aristocratizante” permeava a ideologia de toda a sociedade colonial. A alta disseminação da propriedade de cativos pelo tecido social mostra como esse ideal alinhava-se *pari passu* ao escravismo, enquanto a alta concentração dessa mesma propriedade nos aponta para uma sociedade na qual o principal objetivo da renda extraída ao escravo não é a reprodução ampliada do capital, mas a reiteração da diferença socioeconômica entre a elite escravocrata e todos os outros homens livres, isto é, a reiteração do mecanismo produtor do poder (FRAGOSO & FLORENTINO, 2001:86-8, 123-5, 152-6).

O mais importante, aqui, contudo, é perceber as derivações desse fato no que tange ao grupo que controlava a reprodução da economia, isto é, os grandes comerciantes. Sabe-se que, por si mesma, uma economia marcada pela hegemonia do capital mercantil esteriliza enorme parcela do excedente produzido (FRAGOSO & FLORENTINO, *op. cit.*:228). E o que, em termos ecológicos, significa a *esterilização do excedente*, senão um fluxo unilateral de matéria (elementos químicos) e energia para fora dos ecossistemas domesticados, um déficit permanente que impõe uma renovação dos estoques de nutrientes baseada num avanço sem-fim sobre novas terras e novas matas?

Não obstante, isso não significa, em absoluto, que algum tipo de “riqueza social” não fosse produzida a partir da “riqueza florestal”. Quando cita os “escritórios governamentais, os fortes, as igrejas e conventos do Rio de Janeiro, a zona de mineração e uma única estrada não pavimentada que os conectava” como as únicas expressões de conversão do capital *in natura* contido na floresta em capital social, Dean considera apenas o *valor agregado ao solo* (capital fixo) e esquece, imperdoavelmente, de contabilizar a principal forma de riqueza de giro encontrada na economia colonial: os escravos africanos.¹ Embalado pela crítica apaixonada a um sistema de trabalho no qual “a conservação da vida humana era irrelevante”, o historiador norte-americano inevitavelmente acaba por identificar a escravidão também a uma completa irrelevância atribuída à conservação dos recursos ambientais (DEAN, *op. cit.*:162).

Mas o escravo, em si mesmo, não era uma riqueza? Se não o fosse, como poderia

¹ Vale lembrar que é somente a partir do último quartel do século XIX que a terra começa a substituir, de forma mais significativa, o escravo como equivalente de capital (MARTINS, 1986:23-34).

trabalhar para destruir algo? Independentemente da validade empírica de sua hipótese mais polêmica – a de que os negros africanos foram originalmente introduzidos, no Brasil, como meio de liquidação monetária –, é inevitável concordar com Jorge Caldeira em sua afirmação de que os escravos eram, juntamente com a terra, os principais ativos da economia, ao mesmo tempo fonte de formação e aprisionamento de todas as fortunas rústicas. Como as opções de investimento, devido à falta crônica de numerário, eram restritíssimas, o destino do sobretrabalho escravo era sempre o de realimentar o sistema extensivo, requisitando e/ou ocupando mais terras, donde eram necessários mais cativos.

A importação maciça de africanos, se permitia num primeiro momento resolver a questão da liquidação financeira das importações, do ponto de vista interno da Colônia implicava crescente agravamento das condições iniciais de falta de liquidez. Com a fortuna dos agentes aumentando em termos não-monetários (um patrimônio elevado mais dificilmente conversível em moeda, formado por engenhos e escravos, com apenas uma parte teoricamente conversível, o açúcar), e, mais ainda, aumentando em proporção maior que a moeda em circulação, seria inevitável o aumento das dificuldades para transformar a fortuna em dinheiro. Em outras palavras, uma vez garantido o esquema global no nível do Império, com a preservação das disponibilidades monetárias na Metrópole nos montantes possíveis, dentro dos objetivos da política econômica da época, o problema da falta crônica de moeda passava a aparecer apenas como uma questão local, a ser resolvida localmente: os brasileiros eram ricos, mas o dinheiro era uma miragem (CALDEIRA, 1999:67-8).

Neste quadro, a posse de escravos – malgrado todos os riscos relativos à alta mortalidade negra – constituía-se num importante signo de reserva de valores (CALDEIRA, *op. cit.*:72). Argumentando nessa direção, F. H. Cardoso propôs um equivalente para a expressão típica de toda a documentação colonial e imperial brasileira, qual seja, a “deficiência de braços”. “Esta ‘deficiência de braços’ era, realmente, uma deficiência de capitais”, diz ele. Ter escravos, portanto, significava não somente ter trabalhadores à disposição; significava também ter capital, excedente acumulado ou, em outras palavras, “reinvestir, sob a forma de mão-de-obra escrava, o excedente gerado por seu trabalho” (CARDOSO, 1962:58-9). Ao baratear sobremaneira a mão-de-obra, o tráfico atlântico permitia a superexploração do escravo, facilitando sua rápida substituição e diminuindo, assim, o intervalo entre o desembolso de recursos para a compra e o seu pagamento. Desse modo, as fases de expansão econômica elevam exponencialmente a velocidade de rotação do capital, compensando a lentidão da amortização da escravaria verificada nos períodos de retração do comércio externo (GORENDER, 1978:195, 197, 321-2).

Ademais, conforme o próprio Dean comentou em passagem reproduzida acima, “as colônias não estão necessariamente condenadas a níveis de formação de capital inferiores aos de suas metrópoles”. De fato, é o que a nova historiografia econômica tem mostrado para o caso brasileiro, principalmente a partir do século XVIII. O Brasil produzia muita riqueza e – o que é mais importante –, retinha uma parte bastante significativa dela. A principal forma na qual se consubstanciava essa grande quantidade de valor retido era exatamente a mercadoria humana. Para se ter uma idéia, no início do século XIX, quase 40% da população brasileira era composta por escravos negros e mulatos (MARCÍLIO, 1999:325), o que equivale a dizer, em última análise, que dois quintos do contingente demográfico colonial era composto de homens e mulheres que, em si mesmos, representavam repositários de valor mobilizável e reproduzível, tanto biológica quanto financeiramente. O crescimento da população servil é, desse modo, um excelente indicador da prosperidade de uma cidade num regime escravista (LESSA, 2000:130-1). Sem embargo, para uma postura etnocêntrica, “verde”, política e moralmente correta como a de Dean, assumir este fato seria completamente impensável.

Embora parta de uma orientação teórica diferente, S. W. Miller segue essencialmente a mesma linha ideológica de Dean, isto é, a crítica do *colonialismo mercantilista* e a apologia – aqui muito mais explícita – do capitalismo bem construído (leia-se “mercado auto-regulável”). O que muda em sua estratégia argumentativa é apenas a característica estatal responsável pela “tragédia” da devastação das florestas costeiras – o que, de certo modo, muda o seu próprio sentido: se, para Dean, trata-se da espetacular e inaudita “imprevidência” e da “visão de curto prazo” da administração portuguesa – mas que acabava alastrando-se, como um câncer, para todo o corpo da sociedade civil –, para Miller, o problema está na profusão regulamentadora do governo colonial, expressa por procedimentos fiscalistas e, principalmente, monopolistas:

The destruction in Brazil was uncommon as a direct consequence of Portuguese forest policy, which provided no incentives for conservation, few opportunities for timber profits, and every stimulus for landowners to destroy what, by decree, did not belong to them. Nearly all civilizations have destroyed their forests to some extent. What made Brazil peculiar was that she literally destroyed her trees. Deforestation is a tragedy; deforestation is an unmitigated disaster if little or no benefit is taken in the process. The Brazilian, for the most part, neither harvested nor exploited Brazil's high-quality timber trees, but annihilated them. And royal monopolization explains the colonist's motives for doing so (MILLER, 2000:8-9).

Para Miller, então, não importa o desalojamento da floresta *per se*, mas sim os benefícios econômicos que esse desflorestamento proporciona à sociedade que se engendra nesse avanço de fronteira. A devastação ambiental, de resto inevitável, deve oferecer uma contrapartida em termos de crescimento econômico, ao menos potencial. Neste processo, o Estado, ou melhor, a ausência dele, deve desempenhar um papel fundamental; cabe à livre-iniciativa, e somente a ela, regular o uso dos recursos, permitindo que se estabeleça um mercado competitivo para os produtos florestais e, conseqüentemente, a formação de capital a partir dessas transações. Obviamente que o modelo histórico subjacente, aqui, é o norte-americano, a partir do qual é feita a comparação com o caso brasileiro:

On the two-way street of humanity's relationship with the environment we have given close attention to human impact, but too little to the environment's rebounding influence. Painting broadly, the impact of westerns on the forests in North America and in Brazil exhibits little difference. But it is in the impact of the environment on the economy, the return relationship, that a real difference is noted. One economy took considerable benefit from the destruction. The other very little (MILLER, op. cit.:9).

A premissa neo-clássica subjacente é de que a privatização das florestas, trazendo consigo o direito de lucro futuro, provê o estímulo fundamental para que os madeireiros criem uma mentalidade econômica que associa a taxa atual de corte e o valor da madeira num cenário futuro. Em outras palavras: num mercado eficiente de produtos florestais, o preço reflete perfeitamente toda a informação necessária (JOHNSON & LIBECAP, 1980:383). De fato, estudos empíricos podem demonstrar a pertinência deste postulado em situações de paisagens florestais temperadas (leia-se biogeograficamente homogêneas), tecnologia de produção em massa, demanda madeireira diversificada e ampliada pelo desenvolvimento industrial e, principalmente, *apropriação territorial diretamente taxada pelo Estado*.¹ Fica muito difícil defender a existência de qualquer um desses fatores no Brasil colonial.

De mais a mais, dizer que a maior economia colonial americana não tirou proveito da destruição florestal é, no mínimo, leviano. A maior falha de Miller é, no meu entender, não considerar, em momento algum, as diferenças marcantes na dinâmica de reprodução social existentes entre os Estados Unidos e o Brasil, diferenças essas que começam mesmo nas respectivas sociedades européias de cuja expansão essas sociedades advieram, bem como em

¹ Na região estadunidense dos Grandes Lagos, o governo federal dirigiu a apropriação privada das terras florestadas, até pelo menos 1889, via venda de títulos fundiários. Ver JOHNSON & LIBECAP, op. cit.:374-7. Ver também, a esse respeito, ROBERTSON (1967:132-40).

seus projetos colonizadores. Parece-me que a questão não é, absolutamente, se a economia brasileira produziu capital internamente ou não, mas sim como esse capital era “aplicado” ou, em outras palavras, como a renda era alocada. Dependendo das motivações sociais e políticas dos agentes gerenciadores dos mecanismos de acumulação, uma floresta pode se transformar numa estrada ou num pelourinho, num moinho ou numa igreja – todas estas inconteste manifestações de *riqueza*, a única diferença sendo a matriz cultural a partir da qual elas são percebidas e valoradas.

Referências bibliográficas

- CALDEIRA, J. *A nação mercantilista*. São Paulo: Ed. 34, 1999.
- CARDOSO, F. H. *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional*. São Paulo: Difel, 1962.
- DEAN, W. *A ferro e fogo: a história a devastação da Mata Atlântica brasileira*. São Paulo: Cia. das Letras, 2006.
- FRAGOSO, J.; FLORENTINO, M. *O arcaísmo como projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia: Rio de Janeiro, c.1790-c.1840*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- GORENDER, J. *O escravismo colonial*. São Paulo: Ática, 1978.
- GRIBAUDI, M. “Escala, pertinência, configuração”. In: REVEL, J. (org.). *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: FGV, 1998.
- HOLANDA, S. B. *Raízes do Brasil*. 26ª ed. São Paulo: Cia. das Letras, 1995.
- JOHNSON, R. N.; LIBECAP, G. D. Efficient markets and Great Lakes timber: A conservation issue reexamined. *Explorations in Economic History*, v.17, 1980.
- LESSA, C. *O Rio de todos os Brasis*. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- MARCÍLIO, M. L. A população do Brasil colonial. In: BETHELL, L. (org.). *História da América Latina*. Vol. 2: América Latina Colonial. São Paulo: Edusp/Funag, 1999.
- MARTINS, J. S. *O cativo da terra*. 3ª ed. São Paulo: Hucitec, 1986.
- MILLER, S. W. *Fruitless trees: Portuguese conservation and Brazil’s colonial timber*. Stanford: Stanford University Press, 2000.
- MUNIZ, V. L. T. História do meio ambiente como objeto da história econômica-sociocultural. *Revista de Economia Política e História Econômica*, n.3, junho 2005, pp.52-60.
- ROBERTSON, R. M. *História da economia americana*. Vol.1. Rio de Janeiro: Record, 1967.
- SCHWARTZ, S. B. “Prefácio”. In: DEAN, W. *A ferro e fogo: a história a devastação da Mata Atlântica brasileira*. São Paulo: Cia. das Letras, 2006.